



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP DA CONTRATAÇÃO

#### PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 049/2025

**ÁREA (S) REQUISITANTE (S):** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

**Unidade Requisitante:** DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA.

**Responsável pela solicitação:** Ana Laura Martens da Silva Matrícula 4435851 (Diretora do Departamento de Atenção Básica.

**E-mail:** [atencaobasica@saomiguel.pr.gov.br](mailto:atencaobasica@saomiguel.pr.gov.br)

**Telefone:** (45) 99918-0349

**Endereço:** Secretaria Municipal de Saúde, Rua Nereu Ramos, nº253 – Centro, São Miguel do Iguaçu – PR, CEP 85.877-000. Telefone: (45) 3565-8100

### INTRODUÇÃO

O Estudo Técnico Preliminar – ETP consiste na primeira etapa da fase de planejamento de uma contratação, o qual tem por finalidade assegurar a viabilidade técnica e econômica e a razoabilidade da futura contratação, realizado por meio de um estudo detalhado da necessidade, fixando o interesse público envolvido e indicando no mercado a melhor solução para o atendimento das demandas.

Sua descrição é claramente expressada por meio do artigo 6º, inciso XX da Lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 – Lei de Licitações, assim como na Instrução Normativa nº40 de 22 de maio de 2020, em seu artigo 1º, Parágrafo Único, que dispõe que o ETP é um:

“(…) documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.”

Deste modo este documento segue alguns requisitos básicos que necessitam constar em sua confecção, sendo eles distribuídos no artigo 18, § 1º, da Lei 14.133/2021 conforme descreve os incisos abaixo:

#### **Art. 18, § 1º:**

- I** - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;
- II** - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;
- III** - requisitos da contratação;
- IV** - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;
- V** - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;
- VI** - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;
- VII** - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;
- VIII** - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**IX** - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;  
**X** - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

**XI** - contratações correlatas e/ou interdependentes;

**XII** - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; **XIII** - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Nesse sentido, o Estudo Técnico Preliminar se torna crucial nos termos da Lei, proporcionando a base necessária para as contratações de serviços e materiais, assegurando que as escolhas sejam fundamentadas em dados precisos e em uma análise criteriosa das necessidades locais.

Sendo assim, um planejamento bem estruturado torna-se fundamental para garantir contratações governamentais mais eficientes e eficazes. Estudos realizados com antecedência asseguram uma contratação mais planejada e econômica, além de permitem o acesso a novas metodologias oferecidas pelo mercado, o que resulta em melhor qualidade nos gastos e em uma gestão mais eficaz dos recursos públicos. Além disso, as contratações governamentais, que envolvem um volume expressivo de recursos, têm um impacto considerável na atividade econômica e são essenciais para a implementação de políticas públicas, e este estudo garante a fase inicial do planejamento atendendo as reais necessidades e objetivos almejados.

### DOS ELEMENTOS DO ETP

O presente Estudo Técnico Preliminar seguirá a distribuição conforme descreve os incisos de I à XIII, do § 1º, artigo 18, da Lei 14.133/2021, porém levando em consideração o apontamento do § 2º, artigo 18 desta mesma Lei, no qual conforme regulamenta abaixo, o estudo deverá conter alguns elementos mínimos:

Art.18, § 2º O estudo técnico preliminar deverá conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII do § 1º deste artigo e, quando não contemplar os demais elementos previstos no referido parágrafo, apresentar as devidas justificativas.

Seguindo o previsto na Lei de Licitações, o Município de São Miguel do Iguaçu, por meio do Decreto Nº115, de 16 de fevereiro de 2023, em seu artigo 22 regulamenta sobre as informações que se fazem necessárias constar no ETP, sendo elas:

Art. 22. O estudo técnico preliminar deverá refletir o resultado dos levantamentos, das pesquisas e das conclusões sobre o problema a ser resolvido e a melhor forma de solucioná-lo, e sua elaboração considerará:

I - a natureza do problema a ser resolvido, observando a finalidade e os resultados pretendidos com a contratação;

II - as soluções existentes para o problema, observando o modelo já utilizado pela Administração Municipal e por outras administrações, se for o caso, e os seus impactos econômicos; e

III - a definição da melhor solução para o problema e sua viabilidade.

Deste modo, será prezada a distribuição das informações e justificativas, seguindo os elementos mínimos de confecção do ETP, ressalvando para quando relevante e pertinente realizar o preenchimento referente aos demais incisos do § 1º, artigo 18, da Lei 14.133/2021, fornecendo assim os dados com harmonia entre a Lei de Licitações e o Decreto Municipal.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

**1.1.** Nos termos do art. 18, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação decorre da necessidade administrativa de assegurar e regular a contínua prestação dos serviços públicos de saúde no âmbito do Município de São Miguel do Iguaçu, mediante a adequada gestão externa dos resíduos de serviços de saúde – RSS, compreendendo as etapas de COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE ADEQUADA, gerados nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, tais como Unidades de Estratégia de Saúde da Família (ESF), Unidades Básicas de Saúde (UBS), Hospital e Maternidade Municipal, Vigilância em Saúde, Farmácia Central, SAMU e demais estabelecimentos assistenciais.

**1.2.** Os resíduos provenientes das atividades de saúde, especialmente aqueles classificados como POTENCIALMENTE INFECTANTES, QUÍMICOS E PERFUROCORTANTES, apresentam elevado risco sanitário, ocupacional e ambiental, exigindo tratamento técnico especializado, rastreabilidade e destinação licenciada, conforme normas sanitárias e ambientais vigentes. A ausência de gerenciamento adequado desses resíduos compromete diretamente a segurança dos usuários do Sistema Único de Saúde, dos servidores e terceirizados, bem como a integridade ambiental do território municipal, podendo gerar impactos operacionais, administrativos e legais relevantes.

**1.3.** Ressalta-se que o Município não dispõe de estrutura própria licenciada, frota especializada, tecnologia adequada e capacidade operacional para realizar, de forma direta e contínua, todas as etapas externas do gerenciamento desses resíduos, o que inviabiliza a execução direta do objeto com segurança, economicidade e conformidade normativa. A internalização integral do serviço demandaria investimentos elevados, ampliação permanente de quadro técnico, obtenção de licenças ambientais específicas e aumento do risco operacional, não se mostrando, sob a ótica do interesse público, solução mais eficiente ou vantajosa.

**1.4.** Sob a perspectiva da governança e do planejamento da contratação pública, a necessidade encontra respaldo nas diretrizes da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à obrigação da Administração de planejar adequadamente suas contratações, demonstrar a motivação da demanda, avaliar riscos e selecionar solução apta a gerar resultado efetivo para a coletividade (art. 11 e art. 18). A prestação contínua do serviço de gerenciamento de RSS constitui atividade essencial e indispensável à manutenção do funcionamento regular das unidades de saúde, sendo sua descontinuidade potencialmente causadora de paralisações, interdições sanitárias, responsabilizações administrativas e prejuízos diretos à população atendida.

**1.5.** Do ponto de vista da gestão de riscos, a não contratação ou a contratação inadequada pode ocasionar: acúmulo de resíduos nas unidades; exposição de trabalhadores e usuários a agentes biológicos e químicos; descumprimento de obrigações ambientais; aplicação de sanções por órgãos fiscalizadores; interrupção de atendimentos; e aumento de custos decorrentes de medidas emergenciais. Tais riscos reforçam a necessidade de adoção de solução contratual estruturada, com definição clara de responsabilidades, critérios técnicos de execução, mecanismos de fiscalização e controle, em consonância com o modelo de gestão por resultados adotado pela Administração Pública.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**1.6.** A contratação pretendida também se alinha aos princípios da eficiência, planejamento, segregação de funções, segurança jurídica, economicidade, desenvolvimento sustentável e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como às diretrizes de responsabilidade ambiental e sanitária que norteiam a atuação da Administração Municipal. Busca-se garantir solução que assegure continuidade, previsibilidade operacional, controle documental, rastreabilidade, conformidade legal e mitigação de riscos institucionais.

**1.7.** Dessa forma, fica caracterizada a necessidade da contratação, uma vez que a solução proposta para a contratação de EMPRESA ESPECIALIZADA E DEVIDAMENTE LICENCIADA PARA EXECUÇÃO CONTÍNUA DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – revela-se a alternativa mais adequada, eficiente e juridicamente segura para atender ao interesse público primário, assegurar a regularidade dos serviços de saúde, preservar a saúde coletiva e proteger o meio ambiente, estando em consonância com o planejamento institucional do Município, o Plano de Contratações Anual e as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

### **2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

- 2.1.** Verifica-se que o objeto da presente contratação não se encontra formalmente incluído no Plano de Contratações Anual – PCA vigente. Tal situação decorre de reavaliação superveniente das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde, associada ao aumento da demanda assistencial, à ampliação de unidades e à necessidade de adequação dos procedimentos de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde às exigências técnicas, sanitárias e ambientais atualmente aplicáveis.
- 2.2.** Ressalta-se que o PCA constitui instrumento de planejamento e governança das contratações públicas, nos termos da Lei nº 14.133/2021, não possuindo caráter absoluto ou imutável, admitindo ajustes, revisões e inclusões supervenientes, desde que devidamente motivadas e justificadas, especialmente quando relacionadas à continuidade de serviços públicos essenciais, à mitigação de riscos relevantes ou à adequação a fatos supervenientes.
- 2.3.** A Lei nº 14.133/2021 estabelece, em seus princípios e diretrizes gerais, a obrigatoriedade do planejamento, da motivação dos atos administrativos e da busca do interesse público, não vedando a realização de contratações não originalmente previstas no PCA, desde que haja justificativa técnica, demonstração da necessidade, compatibilidade orçamentária e regularização posterior do planejamento.
- 2.4.** No caso em análise, trata-se de serviço de natureza contínua e essencial ao funcionamento regular das unidades de saúde e à preservação da saúde pública, cuja descontinuidade pode acarretar riscos sanitários, ambientais, administrativos e operacionais relevantes, não sendo possível postergar a contratação até o próximo ciclo de planejamento sem prejuízo ao interesse público.
- 2.5.** Diante disso, informa-se que será formalizado memorando ao setor responsável pelo planejamento das contratações, com a finalidade de

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

promover a inclusão do referido serviço no Plano de Contratações Anual – PCA 2026, assegurando o alinhamento do objeto com o planejamento institucional futuro, a rastreabilidade administrativa e a conformidade com as diretrizes de governança previstas na Lei nº 14.133/2021 e nos normativos municipais vigentes.

**2.6.** Ressalta-se que a adoção dessa providência não configura fracionamento indevido, burla ao planejamento ou afronta aos princípios da contratação pública, mas sim medida de regularização e aperfeiçoamento do planejamento, diante de necessidade devidamente justificada, preservando-se os princípios da eficiência, da continuidade do serviço público, da motivação, da economicidade, da transparência e da segurança jurídica.

**2.7. Fonte de recursos:**

**2.7.1.** A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias, consignadas no orçamento vigente do Município:

- I. 09.001.10.301.011.2017 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica;
- II. 09.001.10.302.0011.1106 – Manutenção das Atividades do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo  
Elemento de Despesa: 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

**2.7.2.** Ressalta-se que as referidas dotações possuem compatibilidade com a natureza do objeto contratado, enquadrando-se como despesa corrente relacionada à prestação de serviços contínuos indispensáveis à manutenção das atividades assistenciais da rede municipal de saúde, estando em consonância com o planejamento orçamentário, a Lei Orçamentária Anual – LOA e as normas de responsabilidade fiscal.

**2.7.3.** A execução financeira ficará condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, bem como à observância dos limites legais e dos procedimentos de empenho, liquidação e pagamento previstos na legislação vigente.

**2.8. Grau de prioridade:**

**2.8.1.** O grau de prioridade da presente contratação é classificado como **ALTO**, considerando tratar-se de serviço essencial e contínuo, diretamente vinculado à manutenção do funcionamento regular das unidades de saúde, à proteção da saúde pública, à segurança sanitária e à preservação ambiental.

**2.8.2.** A interrupção ou a prestação inadequada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde pode ocasionar riscos imediatos à integridade física de usuários e trabalhadores, possibilidade de interdição sanitária, aplicação de sanções administrativas e ambientais, bem como prejuízos à continuidade dos atendimentos prestados à população.

**2.8.3.** Dessa forma, a priorização da contratação encontra respaldo nos princípios da continuidade do serviço público, da eficiência, da prevenção de riscos e do interesse público, bem como nas diretrizes de planejamento e governança previstas na Lei nº 14.133/2021, justificando sua tramitação prioritária no âmbito administrativo.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### 3. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO.

#### 3.1. Da Metodologia e das Quantidades Estimadas

##### 3.1.1. Metodologia de Levantamento

3.1.2. O levantamento das necessidades e a definição dos quantitativos estimados foram realizados com base na análise conjunta dos seguintes critérios técnicos e operacionais:

- Histórico de geração de resíduos** das unidades da Atenção Básica e do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo, considerando registros de coletas anteriores, volume médio mensal e frequência de atendimento;
- Quantidade de unidades em funcionamento**, número de atendimentos realizados, perfil assistencial das unidades e rotatividade de usuários;
- Classificação dos resíduos de serviços de saúde**, especialmente aqueles enquadrados como infectantes, químicos e perfurocortantes, que demandam coleta e tratamento especializado;
- Capacidade operacional mínima necessária** para evitar acúmulo de resíduos, riscos sanitários e interrupção das rotinas assistenciais;
- Margem de segurança operacional**, destinada a absorver variações sazonais de demanda, ampliação de atendimentos, campanhas de saúde pública, situações epidemiológicas e eventuais picos de geração;
- Parâmetros de eficiência e economicidade**, evitando superdimensionamento que gere ociosidade contratual, bem como subdimensionamento que provoque necessidade de contratações emergenciais.

3.1.3. A estimativa considera, ainda, a necessidade de atendimento integrado da **Atenção Básica** e do **Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo**, assegurando cobertura contínua para todas as unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde.

3.1.4. Ressalta-se que os quantitativos possuem natureza **estimativa**, representando projeção de consumo para fins de planejamento, não configurando obrigação de consumo integral, sendo a execução condicionada à efetiva demanda, conforme autorizado pela legislação vigente.

#### Quadro de Quantitativos Estimados

3.1.5. As quantidades estimadas para atender às necessidades da Atenção Básica e do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo são as seguintes:

Lote	Descrição	U.M.	Quantidade Estimada
01	CATSER BR 19380 – Coleta/Tratamento de Lixo Hospitalar. Prestação de serviço de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do Município de São Miguel do Iguaçu.	Kg	12.000

#### Justificativa do Quantitativo

O quantitativo estimado de **12.000 kg** foi dimensionado considerando a média histórica de geração mensal de resíduos das unidades de saúde, a projeção de atendimento anual da rede

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

municipal, bem como a necessidade de manutenção de margem técnica de segurança para absorção de variações operacionais, evitando riscos de descontinuidade do serviço.

Tal quantitativo visa garantir:

- I. regularidade das coletas;
- II. prevenção de acúmulo de resíduos nas unidades;
- III. conformidade sanitária e ambiental; IV. previsibilidade orçamentária e operacional.

Eventuais ajustes durante a execução contratual estarão condicionados à efetiva demanda, respeitados os limites legais e contratuais.

#### **4. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR.**

**4.1.** Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso V, da Lei nº 14.133/2021, procedeu-se ao levantamento de mercado com a finalidade de identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como avaliar a viabilidade técnica, econômica, operacional e jurídica das soluções possíveis para a contratação dos serviços pretendidos.

**4.2.** O levantamento contemplou a análise das formas de contratação admitidas pela legislação vigente, o histórico de contratações realizadas pelo próprio Município e a verificação de contratações similares promovidas por outros entes públicos, especialmente por meio de consultas ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

##### **4.2.1. Levantamento das Soluções de Mercado**

Quanto às soluções levantadas para a realização de aquisição pública, em regra, é necessário observar os preceitos legais para formalização de contratos ou atas de registro de preços junto aos fornecedores, conforme os trâmites previstos na Lei nº 14.133/2021.

**4.2.2.** As alternativas juridicamente admitidas para a contratação compreendem, de modo geral:

- I. **Processo licitatório**, nas modalidades previstas em lei;
- II. **Dispensa de licitação**, nas hipóteses legais específicas;
- III. **Adesão à Ata de Registro de Preços** de outros órgãos ou entidades, desde que comprovada a vantagem e a compatibilidade técnica.

**4.2.3.** Considerando a natureza do objeto, a necessidade de ampla competitividade, a previsibilidade de demanda e a busca da proposta mais vantajosa para a Administração, a alternativa que se mostra mais adequada, em princípio, é a realização de procedimento licitatório próprio.

##### **4.2.4. Levantamento das Compras Similares Realizadas pelo Próprio Órgão**

O Município de São Miguel do Iguaçu realizou contratação de objeto semelhante por meio do **Pregão Eletrônico nº 65/2021, Processo Eletrônico nº 128/2021**, no qual foram identificadas aquisições compatíveis com o objeto ora pretendido.

**4.2.5.** Verifica-se que as compras similares realizadas pelo Município observaram os preceitos legais aplicáveis, sendo conduzidas por meio de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico**, o que demonstra aderência às boas práticas de planejamento, competitividade, transparência e economicidade.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**4.2.6.** Esse histórico reforça a viabilidade administrativa e operacional do modelo adotado, bem como a adequação da solução à realidade municipal.

**4.2.7. Levantamento das Compras Similares Realizadas por Outros Órgãos Públicos** Para fins de ampliação da análise de mercado, foram realizadas pesquisas no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, com o objetivo de identificar contratações similares realizadas por outros órgãos e entidades públicas.

**4.2.8.** No âmbito deste estudo, foram analisados processos de contratações semelhantes, por meio de consultas a editais e respectivos instrumentos convocatórios, com a finalidade de identificar eventual existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem atender de forma mais eficiente às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

**4.2.9.** A análise evidenciou que, para a contratação deste tipo de serviço, os entes públicos vêm adotando solução similar àquela já praticada pelo Município, mediante procedimento licitatório regular, observadas as exigências legais e normativas pertinentes, não sendo identificadas alternativas tecnicamente superiores ou economicamente mais vantajosas.

**4.2.10.** Como exemplos de processos de contratação identificados no PNCP, citam-se:

- A) **Edital nº 91061/2025 – Pregão Eletrônico nº 1061/2024** – Estado do Paraná, por intermédio da Divisão de Compras da Polícia Penal do Paraná – CNPJ nº 76.416.932/0001-81;
- B) **Pregão Eletrônico nº 004/2024** – Município de Francisco Beltrão/PR;
- C) **Pregão Eletrônico nº 46/2023** – Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul/PR;
- D) **TRANSREMOVE D LANZARINI & CIA LTDA – CNPJ: 82.286.501/0001-40, ENDERÇO: R IGUAÇU 991 – BAIRRO IPE – Medianeira**

### **Conclusão e Justificativa da Solução Adotada**

**4.2.11.** Diante das análises realizadas, o levantamento de mercado demonstrou que a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa é a realização de **licitação na modalidade Pregão Eletrônico**, uma vez que:

- I. Trata-se de objeto comum, passível de definição objetiva de especificações;
- II. A modalidade permite ampla competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;
- III. Apresenta aderência às práticas adotadas por outros entes públicos;
- IV. Garante transparência, isonomia e eficiência na contratação;
- V. Não foram identificadas, nas pesquisas realizadas no PNCP, alternativas mais eficientes sob os aspectos técnico, econômico e operacional.

**4.2.12.** Dessa forma, conclui-se que a adoção do **Pregão Eletrônico** se mostra a alternativa mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, planejamento, economicidade, competitividade, transparência e interesse público, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **SUSTENTABILIDADE SEGUNDO O GUIA DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEL**

**5.1.** A presente contratação deverá observar, de forma integrada e obrigatória, os princípios do desenvolvimento nacional sustentável, da eficiência, da prevenção de riscos, da governança e da responsabilidade socioambiental, previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seus arts. 11, 18, 25 e 144, bem como as diretrizes estabelecidas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU, notadamente no capítulo que trata da gestão de resíduos, o qual orienta que as contratações públicas devem

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

incorporar critérios que assegurem o adequado gerenciamento dos resíduos ao longo de todo o seu ciclo de vida, desde a geração até a destinação final, com vistas à mitigação de impactos ambientais, à proteção da saúde pública e à prevenção de passivos futuros.

**5.2.** Considerando que o objeto envolve diretamente a coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos de serviços de saúde, a sustentabilidade não se limita a um critério acessório da contratação, mas constitui requisito essencial para a regularidade, a segurança jurídica e a eficiência da execução contratual. A contratada deverá comprovar a existência de licenciamento ambiental válido e compatível com todas as atividades objeto do contrato, emitido pelo órgão ambiental competente, abrangendo o transporte, o tratamento e a destinação final dos resíduos, bem como demonstrar que utiliza tecnologias licenciadas e ambientalmente adequadas, capazes de assegurar a neutralização de agentes biológicos e químicos, a redução de emissões atmosféricas, o controle de efluentes e a minimização de impactos ambientais diretos e indiretos.

**5.3.** Deverá ser assegurada a rastreabilidade integral dos resíduos, mediante a emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, certificados de tratamento e comprovantes de destinação final ambientalmente adequada, possibilitando à Administração o controle documental, a fiscalização contínua e a transparência da execução contratual. A logística operacional deverá observar critérios de eficiência, segurança e prevenção de vazamentos, com utilização de veículos adequados, manutenção preventiva, controle de emissões e rotas racionalizadas, de modo a reduzir riscos ambientais, consumo excessivo de combustíveis e impactos associados ao transporte.

**5.4.** No âmbito sanitário e de biossegurança, a contratada deverá cumprir integralmente as normas da ANVISA, do CONAMA e da ABNT aplicáveis ao gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, mantendo equipe devidamente capacitada, procedimentos operacionais padronizados, utilização obrigatória de equipamentos de proteção individual e planos de contingência para situações de emergência, acidentes ou não conformidades, garantindo a proteção dos trabalhadores, dos usuários dos serviços públicos e da coletividade.

**5.5.** A sustentabilidade operacional também se reflete na necessidade de otimização de processos, prevenção de desperdícios, racionalização de recursos, monitoramento de desempenho e controle de custos indiretos, de forma a assegurar economicidade, previsibilidade orçamentária e eficiência do gasto público, evitando a geração de passivos ambientais, retrabalhos, contratações emergenciais e judicializações futuras.

**5.6.** A ausência ou fragilidade desses requisitos pode ocasionar impactos ambientais relevantes, tais como contaminação do solo, da água e do ar, disseminação de agentes patogênicos, degradação ambiental e geração de passivos de difícil reparação. Sob a ótica administrativa, pode resultar em autuações por órgãos ambientais e sanitários, interdição de unidades de saúde, responsabilização de gestores, fragilização da governança contratual, apontamentos pelos órgãos de controle, além de comprometimento da imagem institucional do Município. Do ponto de vista econômico, pode gerar aplicação de multas, custos elevados de remediação ambiental, indenizações judiciais, necessidade de rescisões contratuais e novas contratações, aumento de despesas emergenciais e eventual glosa de recursos públicos.

**5.7.** Além disso, a contratação com requisitos de sustentabilidade inadequados pode ensejar sanções administrativas, civis, ambientais e penais, nos termos da legislação vigente, incluindo

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

a Lei nº 9.605/1998 (Crimes Ambientais), a Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente), a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), normas sanitárias aplicáveis e a própria Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à responsabilização por falhas no planejamento, na fiscalização e na execução contratual.

**5.8.** ,Diante desse contexto, os requisitos de sustentabilidade estabelecidos nesta contratação têm por finalidade assegurar a conformidade legal, a mitigação de riscos, a proteção da saúde pública, a preservação ambiental, a segurança jurídica da Administração e a eficiência do gasto público, promovendo contratação alinhada às boas práticas de governança, planejamento e responsabilidade socioambiental, conforme orientações do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e da legislação aplicável.

**5.9.** Para tanto, foi consultado o Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis 2024, da CGU/AGU, disponível em:

<https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-nacional-de-contratacoessustentaveis-2024.pdf/view>.

**5.9.1.** O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União (AGU), fornece orientações para a implementação de práticas sustentáveis nas contratações públicas. O guia destaca a importância de considerar aspectos ambientais, sociais e econômicos para promover a sustentabilidade nas contratações.

### **5.9.2. Aplicação das Diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis à Contratação de Empresas para Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos**

**5.9.2.1.** O Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, elaborado pela Advocacia-Geral da União – AGU, estabelece que as contratações públicas devem incorporar critérios ambientais, sociais e econômicos de forma integrada, considerando o ciclo de vida do objeto contratado, os riscos associados à execução e os impactos diretos e indiretos gerados pela atividade contratada. No contexto específico da contratação de empresas para coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos, tais diretrizes assumem relevância ainda maior, tendo em vista o potencial de geração de impactos ambientais significativos, riscos à saúde pública e reflexos econômicos de médio e longo prazo para a Administração.

**5.9.2.2.** Sob o **aspecto ambiental**, o Guia orienta que a Administração deve assegurar que o prestador de serviço possua capacidade técnica e licenciamento compatíveis com todas as etapas do gerenciamento dos resíduos, garantindo a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas, o controle de emissões atmosféricas, a mitigação de riscos de contaminação do solo e dos recursos hídricos, bem como a destinação final em conformidade com a Política Nacional de Resíduos Sólidos. A contratação deve priorizar soluções que reduzam a geração de resíduos secundários, minimizem impactos ambientais cumulativos e assegurem rastreabilidade integral, permitindo à Administração monitorar o cumprimento das obrigações ambientais e evitar a formação de passivos ambientais futuros.

**5.9.2.3.** No que se refere ao **aspecto social**, o Guia destaca a importância da proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores envolvidos na operação, bem como da população impactada indiretamente pelo serviço. Na contratação de empresas de coleta e tratamento de resíduos, isso implica exigir capacitação contínua das equipes, fornecimento adequado de equipamentos de proteção individual, adoção de procedimentos de biossegurança, prevenção de acidentes, protocolos de emergência e cumprimento das normas trabalhistas e de saúde

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ocupacional. A adequada gestão desses requisitos contribui para a redução de afastamentos, acidentes de trabalho, litígios trabalhistas e impactos sociais negativos decorrentes da atividade.

**5.9.2.4.** Sob o **aspecto econômico**, o Guia enfatiza que a sustentabilidade não se limita à obtenção do menor preço imediato, mas à seleção da proposta mais vantajosa ao longo do ciclo de vida do serviço. Na contratação de serviços de coleta e tratamento de resíduos, a escolha de empresas tecnicamente qualificadas e ambientalmente responsáveis reduz significativamente o risco de interrupções contratuais, autuações ambientais, multas, indenizações, custos de remediação ambiental e necessidade de contratações emergenciais, assegurando maior previsibilidade orçamentária, estabilidade operacional e eficiência do gasto público. A análise de economicidade deve considerar, portanto, não apenas o valor contratual direto, mas também os custos indiretos e os riscos associados à má execução.

**5.9.2.5.** O Guia também orienta que a Administração adote critérios de **governança e controle**, estabelecendo mecanismos de fiscalização, indicadores de desempenho, exigências documentais e rastreabilidade, de modo a assegurar que os compromissos ambientais e sociais assumidos no contrato sejam efetivamente cumpridos ao longo da execução. Na contratação de empresas para coleta de resíduos, tais mecanismos são essenciais para garantir transparência, controle operacional, conformidade regulatória e capacidade de resposta a não conformidades.

**5.9.2.6.** Além disso, o Guia ressalta a necessidade de que as contratações públicas estejam alinhadas à lógica da **prevenção de riscos e da responsabilidade pelo ciclo de vida**, especialmente quando envolvem atividades potencialmente poluidoras. A contratação inadequada de empresa para coleta e tratamento de resíduos pode resultar em danos ambientais irreversíveis, comprometimento da saúde pública, responsabilização do ente público e de seus gestores, além de impactos financeiros relevantes decorrentes de sanções, ações judiciais e passivos ambientais.

### **5.10. LEGISLAÇÃO:**

#### **5.10.1 DAS AUTORIZAÇÕES, LICENÇAS E REGISTROS NECESSÁRIOS PARA A CONTRATAÇÃO**

**5.10.1.** Considerando a natureza do objeto, que envolve atividade potencialmente poluidora e de risco sanitário, a contratação deverá exigir, como condição de habilitação técnica e regularidade operacional, que a empresa contratada possua todas as **autorizações, licenças e registros obrigatórios**, emitidos pelos órgãos competentes, garantindo a legalidade da prestação dos serviços, a proteção da saúde pública, a preservação ambiental e a mitigação de riscos institucionais para o Município.

**5.10.2.** A exigência desses documentos encontra fundamento nos princípios da legalidade, da prevenção, da eficiência, da segurança jurídica e da gestão de riscos, previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como na legislação ambiental, sanitária e trabalhista aplicável.

**5.10.3.** Deverá ser exigida, no mínimo, a comprovação das seguintes autorizações, licenças e registros, vigentes e compatíveis com o objeto contratado:

**5.10.4.** A contratada deverá possuir **Licença Ambiental válida**, emitida pelo órgão ambiental competente (estadual ou federal), contemplando expressamente as atividades de coleta,

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



**5.11.1.** O gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde deverá ser executado em conformidade com o **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS**, elaborado pelo órgão gerador, observando integralmente as normas vigentes, especialmente

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

aquelas expedidas pelos órgãos de vigilância sanitária e ambientais, em consonância com a legislação federal aplicável.

**5.11.2.** A RDC nº 222/2018 da ANVISA estabelece o marco regulatório para o gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde – RSS, aplicando-se a todos os geradores cujas atividades envolvam qualquer etapa do gerenciamento desses resíduos, sejam eles públicos ou privados, filantrópicos, civis ou militares, incluindo aqueles que exercem atividades de ensino e pesquisa, conforme dispõe seu art. 2º.

**5.11.3.** Para os efeitos da referida resolução, consideram-se geradores de RSS todos os serviços cujas atividades estejam relacionadas à atenção à saúde humana ou animal, inclusive serviços de assistência domiciliar; laboratórios analíticos; necrotérios, funerárias e serviços de tanatopraxia; serviços de medicina legal; drogarias e farmácias, inclusive de manipulação; estabelecimentos de ensino e pesquisa na área da saúde; centros de controle de zoonoses; distribuidores e importadores de produtos farmacêuticos; unidades móveis de atendimento à saúde; serviços de acupuntura; serviços de piercing, tatuagem, salões de estética e demais atividades afins.

**5.11.4.** Ressalva-se que a RDC nº 222/2018 não se aplica a fontes radioativas seladas, que seguem regulamentação específica da Comissão Nacional de Energia Nuclear – CNEN, nem às indústrias de produtos sob vigilância sanitária, que devem observar as condições próprias de seu licenciamento ambiental.

**5.11.5.** O art. 94 da RDC nº 222/2018 dispõe expressamente que o descumprimento de suas disposições configura **infração sanitária**, nos termos da Lei nº 6.437/1977, sem prejuízo das responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

**5.11.6.** Nesse contexto, deverá constar expressamente, no rol de obrigações da contratada e nos instrumentos convocatórios, cláusula estabelecendo que:

A) **“Quanto ao gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, a contratada deverá obedecer integralmente às disposições do Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS elaborado pelo órgão gerador, bem como às diretrizes da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), do Decreto nº 10.936/2022, da Resolução CONAMA nº 358/2005 e da RDC ANVISA nº 222/2018.”**

**5.11.7.** Destaca-se que o tratamento, a destinação final e o depósito de resíduos de serviços de saúde em unidades de tratamento ou de destinação final demandam **registro no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA**, conforme enquadramento na Ficha Técnica de Enquadramento – FTE, Categoria: Serviços de Utilidade; Código 17-64; Descrição: Serviços de saúde – Disposição de resíduos especiais, nos termos da Lei nº 12.305/2010, art. 13, inciso I, alínea “g”.

**5.11.8.** Adicionalmente, a pessoa jurídica que execute atividades de gerenciamento de resíduos sólidos perigosos ou não perigosos, incluindo geração, transporte, armazenamento e tratamento, deverá estar regularmente inscrita no **Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras e Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/AIDA**, bem como possuir responsável técnico igualmente inscrito, conforme previsto na Lei nº 6.938/1981 e na Instrução Normativa IBAMA nº 10/2013.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**5.11.9.** Ressalta-se que as disposições específicas constantes no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis relativas ao CTF/AIDA devem ser integralmente observadas, sendo recomendada a consulta ao **Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR**, mantido pelo Ministério do Meio Ambiente.

**5.11.10.** A ANVISA esclarece, em material técnico complementar à RDC nº 222/2018, que esta norma substituiu e atualizou a antiga RDC nº 306/2004, em razão da evolução tecnológica, da consolidação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e da necessidade de harmonização com a Resolução CONAMA nº 358/2005, promovendo maior integração normativa e atualização dos critérios técnicos.

**5.11.11.** Ressalta-se ainda que o Anexo I da RDC nº 222/2018 e o Anexo I da Resolução CONAMA nº 358/2005 possuem estrutura de classificação compatível, dividindo os resíduos em grupos e subgrupos, sendo recomendável a consulta conjunta para correta classificação e tratamento, especialmente no que se refere aos Grupos A, B, C, D e E.

**5.11.12.** Nos termos da Lei nº 12.305/2010, os resíduos sólidos são definidos como todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas, cuja destinação final deva ocorrer de forma ambientalmente adequada, incluindo sólidos, semissólidos, gases contidos em recipientes e líquidos cuja disposição em redes públicas seja tecnicamente inviável. Os rejeitos, por sua vez, correspondem aos resíduos que, após esgotadas todas as possibilidades tecnicamente e economicamente viáveis de tratamento e recuperação, somente admitem disposição final ambientalmente adequada.

**5.11.13.** Quanto à classificação, os resíduos sólidos podem ser categorizados quanto à origem e quanto à periculosidade, destacando-se, para a presente contratação, os **resíduos de serviços de saúde**, considerados resíduos potencialmente perigosos, em razão de suas características de patogenicidade, toxicidade, inflamabilidade, reatividade e riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

**5.11.14.** Diante da natureza dos serviços contratados, é imprescindível que a empresa executora observe rigorosamente todos os requisitos legais, técnicos e ambientais, assegurando a correta segregação, acondicionamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final, mantendo rastreabilidade documental e atendimento integral ao PGRSS do Município, sob pena de aplicação das sanções administrativas, ambientais, civis e penais cabíveis.

**5.11.15.** Dessa forma, a incorporação das diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis à presente contratação não constitui mera formalidade, mas elemento estruturante do planejamento, da seleção da solução mais adequada e da gestão contratual, assegurando que o serviço seja prestado de forma ambientalmente responsável, socialmente segura e economicamente eficiente, em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, com a política ambiental brasileira e com o interesse público.

### **6. DOS REQUISITOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, AUTORIZAÇÕES E LICENÇAS A SEREM EXIGIDAS**

**6.1.** Considerando que o objeto da contratação consiste exclusivamente na **prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde**, não envolvendo o fornecimento, a fabricação, a comercialização, a importação ou a entrega de medicamentos, insumos farmacêuticos ou produtos sujeitos a controle especial,

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

não será exigida **Autorização de Funcionamento de Empresa – AFE, Autorização Especial – AE ou Declaração do Detentor de Registro – DDR da ANVISA**, por inexistir enquadramento nas hipóteses previstas nas RDCs específicas aplicáveis a produtos sob vigilância sanitária.

**6.2.** As exigências de habilitação técnica e regularidade deverão restringir-se às **licenças, autorizações e registros diretamente relacionados à atividade de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde**, em observância aos princípios da razoabilidade, proporcionalidade e competitividade, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **Licenças e Autorizações Ambientais e Sanitárias Obrigatórias**

**6.2.1.** A empresa contratada deverá comprovar, no mínimo, a posse e a regularidade dos seguintes documentos, vigentes e compatíveis com o objeto contratado:

- A) **Licença Ambiental válida**, emitida pelo órgão ambiental competente (estadual ou federal), contemplando expressamente as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde;
- B) **Cadastro Técnico Federal – CTF/APP e CTF/AIDA do IBAMA**, quando aplicável, para atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, incluindo disposição e tratamento de resíduos especiais, nos termos da Lei nº 6.938/1981, da Lei nº 12.305/2010 e da Instrução Normativa IBAMA nº 10/2013;
- C) **Alvará Sanitário vigente**, expedido pela autoridade sanitária competente, compatível com as atividades de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018;
- D) **Registro e autorização junto ao órgão ambiental estadual competente** (no Estado do Paraná, Instituto Água e Terra – IAT), quando exigível, especialmente para transporte e operação de unidades de tratamento;
- E) **Certificado de Regularidade do Corpo de Bombeiros**, referente às instalações operacionais e unidades de tratamento, quando aplicável;
- F) **Licenciamento e autorização dos veículos utilizados no transporte dos resíduos**, incluindo adequação técnica, identificação, vistoria e demais exigências legais para transporte de resíduos perigosos;
- G) Comprovação de **sistema de rastreabilidade dos resíduos**, mediante utilização de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR e emissão de certificados de tratamento e destinação final ambientalmente adequada.

### **Gestão da Destinação Final dos Resíduos**

**6.2.2.** A destinação final dos resíduos de serviços de saúde é gerenciada pelos locais de geração, sendo que o Município mantém contratação com empresa especializada para a realização da coleta, do tratamento e da destinação final, em conformidade com o **Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS**, a Política Nacional de Resíduos Sólidos e as normas sanitárias e ambientais vigentes.

**6.2.3.** Os resíduos comuns gerados nas unidades são igualmente gerenciados pelos locais de geração e destinados ao sistema de coleta seletiva pública, conforme diretrizes municipais e ambientais aplicáveis.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### Outros Requisitos Técnicos e Legais

**6.2.4.** O licitante deverá apresentar declaração de que tomou pleno conhecimento de todas as informações constantes do Edital, responsabilizando-se pelo fiel cumprimento das obrigações objeto da licitação.

**6.2.5.** A declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante, atestando o conhecimento integral das condições, exigências técnicas e peculiaridades da contratação.

**6.2.6.** A empresa deverá indicar **responsável técnico legalmente habilitado**, compatível com as atividades executadas, mantendo sua regularidade durante toda a vigência contratual.

### Padronização do Objeto

**6.2.7.** Em atendimento ao art. 19 da Lei nº 14.133/2021, foi adotado código de classificação constante da **Planilha CATSER / CATMAT BR**, disponível no Catálogo de Materiais e Serviços do Portal de Compras do Governo Federal, assegurando padronização, rastreabilidade administrativa e compatibilidade com os sistemas oficiais de compras públicas. **Observação Final**

**6.2.8.** As exigências aqui estabelecidas limitam-se às licenças e autorizações estritamente necessárias à execução do serviço contratado, não configurando restrição indevida à competitividade, estando alinhadas à natureza do objeto, às boas práticas de governança e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

**6.2.9.** Se houver divergência entre o descritivo do código da Planilha CATMAT BR e o descritivo do Edital prevalece o que está descrito no Edital.

### 7. ROTINAS DE ENTREGA OU EXECUÇÃO DA SOLUÇÃO A SER CONTRATADA

**7.1.** A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde deverá observar rigorosamente a periodicidade mínima estabelecida, de forma a assegurar a regularidade da prestação do serviço, evitar acúmulo de resíduos nas unidades geradoras e mitigar riscos sanitários, ambientais e operacionais.

**7.2.** A contratada deverá realizar as coletas conforme cronograma mínimo definido no quadro abaixo, considerando a localização das unidades e as respectivas distâncias da sede do Município, sem prejuízo de ajustes operacionais mediante prévia autorização da Administração, quando houver necessidade excepcional devidamente justificada.

### Quadro de Periodicidade das Coletas

Item	Unidade	Localização	Periodicidade da Coleta	Distância da Sede
1	Complexo Hospitalar	Sede do Município	2 vezes por semana	—
2	UBS Central	Sede do Município	2 vezes por semana	—
3	UBS Aurora do Iguaçu	Aurora do Iguaçu	Quinzenal	10 km
4	UBS São Jorge	São Jorge	Quinzenal	8 km

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

5	Clínica de Especialidades Médicas	Sede do Município	Quinzenal	—
6	UBS Santa Catarina	Sede do Município	Quinzenal	—
7	UBS Gaúcha	Sede do Município	Quinzenal	—
8	UBS Novo Mundo	Sede do Município	Quinzenal	—
9	UBS Panorama	Sede do Município	Quinzenal	—
Item	Unidade	Localização	Periodicidade da Coleta	Distância da Sede
10	Vigilância Sanitária	Sede do Município	Quinzenal	—
11	UBS Guanabara	Guanabara	Mensal	22 km
12	UBS Santa Rita	Santa Rita	Mensal	12 km
13	UBS Santa Rosa	Santa Rosa do Ocoí	Mensal	12 km
14	UBS Santa Cruz	Santa Cruz do Ocoí	Mensal	12 km
15	UBS Vila Rural	Vila Rural	Mensal	10 km
16	UBS Ipiranga	Vila Ipiranga	Mensal	15 km
17	UBS Área Indígena	Aldeia Indígena	Mensal	17 km

### Procedimentos Operacionais

A contratada deverá:

- Cumprir rigorosamente os dias e horários programados para coleta, garantindo previsibilidade operacional às unidades;
- Utilizar veículos adequados, devidamente licenciados e identificados para transporte de resíduos de serviços de saúde;
- Realizar pesagem, registro e rastreabilidade dos resíduos coletados, emitindo os respectivos Manifestos de Transporte de Resíduos – MTR;
- Assegurar o correto acondicionamento, manuseio e transporte, evitando vazamentos, exposição e contaminações;

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- e) Garantir que o tratamento e a destinação final sejam realizados em unidades devidamente licenciadas;
- f) Disponibilizar relatórios periódicos à Administração, contendo quantitativos coletados, datas, unidades atendidas e comprovantes de destinação final;
- g) Atender solicitações emergenciais quando houver necessidade operacional, mediante solicitação formal da Administração.

### **Justificativa Técnica da Periodicidade**

**7.2.1.** A definição da periodicidade das coletas considera o volume médio de geração de resíduos, a capacidade de armazenamento temporário das unidades, a distância das localidades, a logística operacional e, sobretudo, a necessidade de prevenção de riscos sanitários e ambientais.

**7.2.2.** A contratação se justifica pela necessidade de garantir a **destinação adequada e contínua dos resíduos hospitalares gerados no Município**, tratando-se de serviço essencial e ininterrupto. O acúmulo de resíduos de serviços de saúde aumenta significativamente o risco de proliferação de agentes infecciosos, acidentes ocupacionais, contaminações ambientais e possibilidade de interdição sanitária das unidades, comprometendo diretamente a prestação dos serviços públicos de saúde.

**7.2.3.** Dessa forma, a execução contínua e regular do serviço constitui medida indispensável para a preservação da saúde coletiva, da segurança dos trabalhadores, da conformidade ambiental e da continuidade do atendimento à população, em consonância com os princípios da eficiência, da prevenção de riscos e do interesse público previstos na Lei nº 14.133/2021.

### **8. DAS GARANTIAS DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS – LEI Nº 14.133/2021**

**8.1.** A execução dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde deverá observar integralmente as condições estabelecidas no instrumento convocatório, no contrato e na legislação vigente, especialmente a Lei nº 14.133/2021, assegurando a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança sanitária e ambiental da prestação.

**8.2.** A garantia da execução do contrato consistirá no fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, respondendo esta integralmente por quaisquer danos causados à Administração, a terceiros, ao meio ambiente ou à saúde pública, decorrentes de falhas, omissões, imprudência, imperícia ou descumprimento contratual, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**8.3.** Quando previsto no edital e no contrato, poderá ser exigida garantia contratual, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, limitada aos percentuais legais, destinada a assegurar o adimplemento das obrigações contratuais, a reparação de prejuízos e o pagamento de eventuais multas.

**8.4.** A contratada deverá manter, durante toda a vigência contratual, todas as licenças, autorizações e registros exigidos para a execução do objeto, bem como equipe técnica capacitada, veículos adequados e infraestrutura compatível com a natureza do serviço, sob pena de suspensão da execução, aplicação de penalidades e eventual rescisão contratual.

### **Fiscalização e Controle da Execução**

**8.4.1.** A execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada por servidor designado pela Administração, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, competindo-lhe verificar o

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

cumprimento das rotinas de coleta, a regularidade das operações, a apresentação de documentos de rastreabilidade (MTR, certificados de tratamento e destinação final), bem como a conformidade com as normas ambientais, sanitárias e contratuais.

**8.4.2.** A contratada deverá disponibilizar relatórios periódicos contendo, no mínimo, datas das coletas, unidades atendidas, quantitativos coletados, comprovação de destinação final e eventuais ocorrências operacionais.

### **Medição, Recebimento e Ateste dos Serviços**

**8.4.3.** Os serviços serão medidos mensalmente com base nos quantitativos efetivamente coletados e devidamente comprovados mediante registros de pesagem, Manifestos de Transporte de Resíduos – MTR, relatórios operacionais e certificados de destinação final.

**8.4.4.** O recebimento dos serviços ocorrerá na forma do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, mediante **recebimento provisório**, para verificação da conformidade da execução, e **recebimento definitivo**, após conferência dos documentos, validação da regularidade da prestação e ateste pelo fiscal do contrato.

**8.4.5.** O recebimento provisório ou definitivo não afasta a responsabilidade da contratada por vícios, falhas, irregularidades ou danos decorrentes da execução. **Níveis Mínimos de Serviço e Continuidade**

**8.4.6.** A contratada deverá cumprir rigorosamente as rotinas e periodicidades de coleta estabelecidas, garantindo a continuidade do serviço, sendo vedada qualquer interrupção não autorizada.

**8.4.7.** O descumprimento de prazos, a ausência de coleta, falhas operacionais, irregularidades ambientais ou sanitárias caracterizam inadimplemento contratual.

**8.4.8.** Em situações emergenciais, a contratada deverá atender prontamente às solicitações da Administração, dentro dos prazos pactuados.

### **Responsabilidades da Contratada**

**8.4.9.** São responsabilidades da contratada, entre outras:

- Executar os serviços com observância das normas técnicas, ambientais e sanitárias;
- Manter válidas todas as licenças e autorizações;
- Responder por danos ambientais, sanitários, patrimoniais e pessoais;
- Arcar com todos os custos decorrentes de falhas na execução;
- Providenciar a regularização imediata de qualquer não conformidade;
- Garantir a rastreabilidade integral dos resíduos.

### **Penalidades e Sanções**

**8.4.10.** O descumprimento das obrigações contratuais sujeitará a contratada às sanções previstas nos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo de responsabilização civil, ambiental e penal, conforme o caso.

### **Garantia da Continuidade do Serviço**

**8.4.11.** Considerando tratar-se de serviço essencial à saúde pública, a contratada deverá manter plano de contingência operacional, assegurando a continuidade da prestação mesmo em situações excepcionais, sob pena de aplicação das medidas administrativas cabíveis.

**8.5.** Gestão e fiscalização do contrato/ATA, bem como gestão de resíduos:

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**8.5.1. GESTÃO ADMINISTRATIVA:** FERNANDA MOREIRA PRESTES Secretária de Saúde  
DECRETO Nº 1.083/2025..

E-mail(s): [adm.saude@saomiguel.pr.gov.br](mailto:adm.saude@saomiguel.pr.gov.br)

Telefone(s): Telefone: (45) 3565-8188, Ramal 4584

**8.5.2. FISCALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA:**

Andrio Presa – Assessor técnico de Gestão Administrativa – Portaria nº 13/2025. Portaria de fiscal de contratos nº 172/2025. E-mail(s): [secsaude@saomiguel.pr.gov.br](mailto:secsaude@saomiguel.pr.gov.br)

Telefone(s): (45) 3565-8100 – ramal 4595

**8.5.3. FISCALIZAÇÃO TÉCNICA:** Estefany

Bahnert, Enfermeira.

E-mail(s): [atencaobasica@saomiguel.pr.gov.br](mailto:atencaobasica@saomiguel.pr.gov.br)

Telefone(s): (45) 3565 – 8100 ramal 4585

### 9. Critérios e práticas de sustentabilidade identificados:

**9.1.** Além dos critérios de sustentabilidade já incorporados na descrição do objeto, deverão ser observados os requisitos abaixo, fundamentados no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis – CGU/AGU – versão 2024**, especialmente no eixo de contratações de serviços com impacto ambiental relevante, bem como nos princípios da Lei nº

14.133/2021.

**9.2.** Considerando que o objeto consiste na prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, **não se aplicam exigências relacionadas a registro de produto, validade, AFE, AE, CRF ou controle sanitário de insumos**, uma vez que não há fornecimento de bens ou produtos sujeitos à vigilância sanitária, mas sim execução de serviço ambiental e sanitário.

**9.3.** Os requisitos de sustentabilidade concentram-se, portanto, na capacidade técnica, ambiental, operacional e de governança da empresa contratada, devendo ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos:

**9.4.** A contratada deverá possuir **LICENCIAMENTO AMBIENTAL VÁLIDO E COMPATÍVEL COM TODAS AS ETAPAS DO SERVIÇO**, assegurando que as atividades sejam executadas de forma ambientalmente adequada, conforme a Política Nacional de Resíduos Sólidos, as normas do órgão ambiental competente e as diretrizes do Guia de Contratações Sustentáveis.

**9.5.** Deverá manter **REGISTRO ATIVO NO CADASTRO TÉCNICO FEDERAL – CTF/APP E/OU CTF/AIDA DO IBAMA**, quando aplicável, demonstrando regularidade ambiental e enquadramento como atividade potencialmente poluidora, em consonância com a legislação ambiental vigente.

**9.6.** Deverá comprovar a existência de **Alvará Sanitário vigente**, emitido pela autoridade sanitária competente, compatível com a atividade de gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, em conformidade com a RDC ANVISA nº 222/2018.

**9.7.** A execução do serviço deverá assegurar a **RASTREABILIDADE INTEGRAL DOS RESÍDUOS**, mediante emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, relatórios operacionais e certificados de tratamento e destinação final, possibilitando o controle pela Administração.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



**9.13.** Em atendimento ao art. 19 da Lei nº 14.133/2021, o objeto encontra-se devidamente **padronizado mediante utilização decódigo CATSER / CATMAT BR**, assegurando uniformidade de especificação e rastreabilidade administrativa.

TABELA 01 – DISCRICAO ESPECIFICACÖES MÍNIMAS PARA CADA ITEM.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguazu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### **Critérios para Definição dos Quantitativos**

Os quantitativos foram definidos considerando:

- I. Os **relatórios de recolha da última contratação**, que registram os volumes efetivamente coletados nas unidades de saúde ao longo do período contratual anterior, constituindo base objetiva para a apuração da média histórica de geração de resíduos; II. O número de unidades geradoras atendidas e sua distribuição geográfica;
- III. A periodicidade mínima de coleta definida para cada unidade;
- IV. A capacidade de armazenamento temporário dos resíduos nas unidades;
- V. O perfil assistencial do Complexo Hospitalar e das unidades básicas;
- VI. As variações sazonais e projeções de demanda;
- VII. A necessidade de garantir continuidade do serviço, nos termos do interesse público; VIII. A compatibilidade com o planejamento orçamentário e com o Plano de Contratações Anual, nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

### **Memória de Cálculo e Estimativas**

A memória de cálculo foi construída a partir da consolidação dos dados extraídos dos relatórios de recolha da última contratação, que demonstraram média aproximada de geração mensal de resíduos compatível com a operação atual da rede municipal.

Para fins de planejamento:

- I. **Média mensal estimada:** aproximadamente **1.000 kg/mês**; II.

**Estimativa anual:**  $1.000 \text{ kg} \times 12 \text{ meses} = \mathbf{12.000 \text{ kg/ano}}$ .

**10.2.1.** Sobre esse quantitativo foi aplicada margem técnica de segurança, destinada a absorver oscilações decorrentes de campanhas de saúde pública, variações epidemiológicas, ampliação de atendimentos e situações excepcionais, em consonância com o princípio da gestão de riscos previsto no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

**10.2.2.** A estimativa visa evitar tanto o subdimensionamento, que poderia comprometer a continuidade do serviço, quanto o superdimensionamento, que poderia gerar ineficiência do gasto público.

### **Documentos de Suporte**

**10.2.3.** A estimativa encontra-se devidamente suportada por documentos administrativos, arquivados no processo, tais como:

- i. Relatórios mensais de recolha da última contratação; ii. Registros de pesagem e Manifestos de Transporte de Resíduos – MTR; iii. Relatórios de medição e fiscalização contratual;
- iv. Cronograma de coletas por unidade;
- v. Dados consolidados da Secretaria Municipal de Saúde; vi. Registros administrativos de acompanhamento; vii. Planejamento assistencial e capacidade instalada das unidades.

Esses documentos garantem rastreabilidade, transparência e auditabilidade, conforme as diretrizes de governança previstas nos arts. 11 e 169 da Lei nº 14.133/2021.

### **Interdependência com Outras Contratações**

**10.2.4.** A presente contratação apresenta interdependência operacional direta com outras contratações públicas municipais, especialmente aquelas relacionadas:

- I. Aos serviços de limpeza e higienização das unidades de saúde;

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

- II. Ao fornecimento de insumos hospitalares e materiais assistenciais;  
III. À manutenção predial e operacional das unidades; IV. À coleta de resíduos comuns e recicláveis; V. Aos serviços de logística e transporte.

**10.2.5.** A análise integrada dessas contratações atende ao disposto no **art. 18, §1º, inciso VI**, da Lei nº 14.133/2021, permitindo planejamento coordenado, mitigação de riscos operacionais e melhor aproveitamento da estrutura existente. **Economia de Escala e Otimização Logística**

**10.2.6.** A consolidação da demanda em contrato único permite a diluição de custos fixos, a otimização das rotas de coleta, a racionalização da frota, a padronização dos procedimentos operacionais e a redução de sobreposições logísticas, favorecendo ganhos de escala e redução do custo unitário do serviço.

**10.2.7.** Tal estratégia está alinhada aos princípios da eficiência e economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021, bem como ao dever de buscar a proposta mais vantajosa para a Administração.

### **Conclusão Técnica do Dimensionamento**

**10.2.8.** Com fundamento nos critérios adotados, na memória de cálculo, nos documentos de suporte, na análise de interdependência e na avaliação da economia de escala, conclui-se que o quantitativo estimado de **12.000 kg (doze mil quilogramas) anuais** é tecnicamente adequado, suficiente e compatível com a demanda da rede municipal de saúde.

**10.2.9.** O dimensionamento atende às diretrizes do **art. 18 da Lei nº 14.133/2021**, assegura previsibilidade orçamentária, continuidade do serviço público, mitigação de riscos e eficiência do gasto público, configurando-se como base segura para a definição do objeto, a estimativa de custos e a futura contratação.



ESTADODOPARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

ESTADODOPARANÁ

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

11. ESTIMATIVADOVALORDA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADADOSPREÇOSUNITÁRIOSREFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE.

TABELA 02 - ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES E VALORES PARA A CONTRATAÇÃO

QUANT.	Valor por Média unidade	Valor Total
KG 13,97		167,640,00

11.1. Valor unitário referencial de R\$ 13,74 por kg foi obtido por meio da média aritmética simples dos valores coletados nas pesquisas de preços realizadas junto ao PNCP. Fornecedores especializados, como praxe existente em outros estados, que não possuem histórico contratual municipal, PE para uma estimativa e equívocos de representação comercial, evitando distorções por valores externos e, devidamente atualizados pelo INPC quando aplicável, em conformidade com o art. 26 do Decreto Municipal nº

2021 em vigor.

garantindo a razoabilidade e economicidade da futura contratação."

Rua Vânio Gheller, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
(3565-8100) Fone Dep. de Licitação: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: www.saomiguel.pr.gov.br – E-mail: governo@saomiguel.pr.gov.br

Rua Vânio Gheller, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitação: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50



ESTADODOPARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Item	DESCRIÇÃO
01	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos gerados nas unidades de saúde do município

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU



### ESTADODOPARANÁ MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**11.2.** O valor máximo total estimado para a presente contratação é de R\$ 167.640,00 (cento e sessenta e sete mil, seiscentos e quarenta reais), conforme demonstrado na **Tabela 02** deste Estudo Técnico Preliminar, bem como na tabela comparativa de valores, devidamente anexada ao processo administrativo.

**11.2.1.** A estimativa considera o quantitativo anual previsto, os preços médios praticados no mercado e os parâmetros de pesquisa adotados, servindo como referência para o planejamento orçamentário, definição da modalidade de contratação e análise da vantajosidade da futura contratação.

#### **Metodologia de Pesquisa de Preços**

**11.2.2.** Para a formação do valor estimado foram realizadas pesquisas de preços em conformidade com o disposto no **art. 23 da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece a obrigatoriedade de levantamento prévio de preços como etapa integrante do planejamento das contratações públicas.

**11.2.3.** Nos termos do §1º do referido artigo, o levantamento de preços poderá ser realizado com base, no mínimo, em um dos seguintes parâmetros:

I. **Painel de Preços do Governo Federal**, base nacional de dados ou banco de preços públicos;

II. **Contratações similares realizadas por outros entes públicos (PNPC)**; III. **Pesquisa direta com fornecedores ou empresas do ramo**;

IV. **Contratações anteriores da própria Administração**, desde que devidamente atualizadas monetariamente.

**11.2.4.** No presente processo, a estimativa de preços foi construída a partir da utilização de um ou mais dos parâmetros acima elencados, conforme demonstrado na documentação de suporte anexada aos autos, assegurando aderência aos princípios da economicidade, transparência, razoabilidade e seleção da proposta mais vantajosa.

**11.2.5.** Os dados coletados foram analisados de forma comparativa, considerando a compatibilidade entre objeto, quantitativos, local de execução, condições de mercado, prazos e encargos envolvidos, de modo a garantir a fidedignidade da estimativa e mitigar riscos de sobrepreço ou inexecuibilidade.

**11.2.6.** O artigo 26, do Decreto Municipal 115/2023, o qual foi alterado pelo Decreto 335/2023, trata das referências e parâmetros a serem utilizados nas pesquisas de preços, sendo:

**Art. 26.** As pesquisas de preços dos processos licitatórios serão realizadas mediante aplicação das seguintes referências e parâmetros, combinados ou não:

I - Quando existente, o **preço praticado em contratações da própria Administração Municipal**, considerados eventuais reajustes, repactuações e reequilíbrios concedidos, em execução ou concluídas no período máximo de até 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observada a correção do

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



Assinatura eletrônica: Identiificador: 16c2b88088818475479523ad6f09782be, Página 28 / 48





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

realizada a atualização dos valores através do Índice de Preços ao Consumidor - INPC:

**11.2.8.** Para a composição do valor final dessa licitação, as pesquisas foram realizadas nas seguintes empresas:

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



**ESTADODOPARANÁ**  
**MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU**

CNPJ	Endereço
76.206.499/0001-50	RVANIOGHELLERn°64-45)3565-8105/(45)3565-8137
00.394.544/0008-51	ESPDOSMINISTERIOSBL.GANEXOASALA420a061)3152-425
	ESPLDOSMINISTERIO

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguazu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



ESTADODOPARANÁ  
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU



Fornecedor	MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU	PAINEL DE PREÇOS DA SAÚDE	
------------	-----------------------------------	---------------------------	--

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

Todos os valores das fontes de pesquisas indicadas acima estão relacionados na Planilha Comparativa de Valores em anexo ao processo.

**11.2.9.** Foi adotada a média aritmética para obter o valor unitário final. A média é uma ferramenta útil para estimar o valor unitário de insumos em processos licitatórios por várias razões, como:

**11.2.9.1. Simplicidade e Facilidade de Cálculo:** A média simples consiste na soma dos valores dos insumos, este valor obtido é dividido pelo número de itens. Isso torna o processo transparente e acessível para todos os envolvidos.

**11.2.9.2. Representatividade:** A média simples fornece uma estimativa que representa o valor central dos dados coletados. Isso é especialmente útil quando os preços dos insumos variam, pois, a média pode suavizar essas variações e fornecer um valor mais estável.

**11.2.9.3. Redução de Viés:** Ao utilizar a média simples, reduz-se o risco de viés que pode ocorrer ao selecionar apenas alguns valores específicos. Todos os valores têm o mesmo peso, garantindo uma estimativa mais justa.

**11.2.9.4. Base para Comparação:** A média simples pode servir como uma base de comparação para avaliar propostas recebidas durante o pregão eletrônico. Isso ajuda a identificar ofertas que estão significativamente acima ou abaixo do valor estimado, facilitando a tomada de decisões.

**11.2.9.5. Conformidade com Normas e Regulamentos:** a utilização da média simples está alinhada com as normas e regulamentos estabelecidos para processos licitatórios, garantindo conformidade e transparência.

### **11.3.** Do memorial de cálculo para VALOR TOTAL.

**11.3.1.** O valor total do objeto compreende a soma de todos os valores totais máximos estimados com base nas cotações, compreende a soma de todos os valores obtidos na coluna 10, resultando neste caso no total médio máximo estimado de **R\$ 167.640,00.**

## **12. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO.**

*PREVISÃO: art. 18, § 1º, VII da Lei n. 14.133/2021*

Uma solução é o conjunto de todos os elementos (bens, serviços e outros) necessários para, de forma integrada, gerar os resultados que atendam à necessidade que gerou a contratação. Após conclusão do estudo comparativo entre as soluções, descrever aqui a solução que se mostrou mais vantajosa para a contratação. Aqui se refere às questões atinentes à manutenção e assistência técnica, indicando o dever de a Administração tomar em vista as implicações e decorrências da contratação. Não é cabível ignorar o ciclo de vida útil do objeto, nem as características que exijam providências complementares posteriores ao recebimento da prestação principal.

**12.1.** Descrever a solução escolhida com todos os elementos para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração.

**12.1.1.** A solução escolhida consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, gerados nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e ao Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo do Município de São Miguel do Iguaçu.

**12.1.2.** A solução foi definida com base na análise de viabilidade técnica, econômica, operacional e ambiental, atendendo às diretrizes do art. 18 da Lei nº 14.133/2021, bem como

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

aos princípios da eficiência, do planejamento, da continuidade do serviço público, da sustentabilidade e da mitigação de riscos.

**12.1.3.** A contratação contemplará, de forma integrada, todas as etapas do gerenciamento externo dos resíduos, abrangendo a coleta nos pontos geradores, o transporte em veículos adequados e licenciados, o tratamento em unidades devidamente autorizadas e a destinação final ambientalmente adequada, assegurando rastreabilidade completa por meio da emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR e certificados de tratamento e destinação final. **12.1.4.** A execução deverá observar rigorosamente o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do Município, as normas da RDC ANVISA nº 222/2018, da Resolução CONAMA nº 358/2005, da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis, garantindo a proteção da saúde pública, a segurança dos trabalhadores e a preservação ambiental.

**12.1.5.** A solução prevê a realização das coletas conforme cronograma mínimo previamente definido por unidade, com periodicidade adequada à capacidade de armazenamento e ao volume gerado, assegurando a continuidade do serviço e evitando o acúmulo de resíduos nas unidades. Deverá ser assegurada capacidade de atendimento a demandas emergenciais, quando necessário, mediante solicitação da Administração.

**12.1.6.** O modelo contratual adotará mecanismos claros de fiscalização, medição e controle da execução, com designação formal de gestor e fiscais do contrato, apresentação de relatórios periódicos, comprovação documental da destinação final e aplicação de indicadores de desempenho, permitindo acompanhamento sistemático da qualidade do serviço prestado.

**12.1.7.** A solução contempla ainda requisitos de sustentabilidade, eficiência operacional e governança, incluindo exigência de licenciamento ambiental e sanitário vigente, rastreabilidade integral dos resíduos, otimização logística, redução de impactos ambientais, cumprimento das obrigações trabalhistas e adoção de boas práticas de saúde e segurança do trabalho.

**12.1.8.** Do ponto de vista econômico, a contratação consolidada em contrato único possibilita economia de escala, racionalização logística, redução de custos indiretos, padronização de procedimentos e maior previsibilidade orçamentária, assegurando a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

**12.1.9.** Dessa forma, a solução escolhida é capaz de atender integralmente às necessidades da Administração, garantindo regularidade, segurança, eficiência, sustentabilidade e conformidade legal na gestão dos resíduos de serviços de saúde, contribuindo para a continuidade dos serviços públicos de saúde e para a proteção da coletividade.

**12.2.** Após o levantamento de mercado reconhece-se que a solução mais vantajosa para a Administração Pública, e necessária para atender as demandas das atividades da Administração Municipal, é a contratação de empresa para:

**12.2.1.** Prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, gerados nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e ao Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo do Município de São Miguel do Iguaçu.

**12.2.2.** Tal solução apresenta-se tecnicamente adequada, economicamente viável e juridicamente segura, uma vez que permite a execução integrada de todas as etapas do gerenciamento externo dos resíduos, assegurando conformidade com a RDC ANVISA nº

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

222/2018, com a Resolução CONAMA nº 358/2005, com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 e demais normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

**12.2.3.** A contratação de empresa especializada garante disponibilidade de infraestrutura adequada, equipe técnica capacitada, frota licenciada, tecnologias de tratamento devidamente autorizadas, rastreabilidade integral dos resíduos por meio de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR e comprovação da destinação final ambientalmente adequada, mitigando riscos sanitários, ambientais, operacionais e jurídicos para o Município.

**12.2.4.** Sob o aspecto econômico, a consolidação da demanda em contrato único favorece economia de escala, racionalização logística, redução de custos indiretos, maior previsibilidade orçamentária e melhor relação custo-benefício, atendendo ao princípio da seleção da proposta mais vantajosa, previsto na Lei nº 14.133/2021.

**12.2.5.** Do ponto de vista administrativo, a solução fortalece a governança contratual, simplifica o controle e a fiscalização, assegura continuidade do serviço público essencial e reduz riscos de interrupção, autuações e responsabilizações.

**12.2.6.** Dessa forma, a solução proposta atende plenamente ao interesse público, à eficiência administrativa e à segurança jurídica da contratação, sendo a alternativa mais adequada para a Administração Municipal.

**12.3.** A contratação em tela visa dar continuidade as atividades que dão operacionalização e adequação à Administração Pública em suas atribuições finalísticas, uma vez que, os itens são de extrema necessidade e utilizados na rotina administrativa, compreendendo:

**12.3.1.** Coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final ambientalmente adequada dos resíduos de serviços de saúde gerados nas unidades municipais.

**12.3.2.** Trata-se de serviço essencial à manutenção da regularidade das atividades da Secretaria Municipal de Saúde e do Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo, uma vez que a correta gestão dos resíduos impacta diretamente a segurança sanitária, a proteção da saúde pública, a preservação ambiental, a integridade dos trabalhadores e a continuidade dos atendimentos à população.

**12.3.3.** A interrupção ou execução inadequada desses serviços pode resultar em acúmulo de resíduos infectantes, aumento do risco de contaminações, acidentes ocupacionais, autuações sanitárias e ambientais, interdição de unidades, responsabilização administrativa e prejuízos à prestação dos serviços públicos de saúde, comprometendo o interesse público. **12.3.4.** A contratação assegura o atendimento às normas da RDC ANVISA nº 222/2018, da Resolução CONAMA nº 358/2005, da Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010 e demais dispositivos legais aplicáveis, garantindo que o gerenciamento externo dos resíduos seja realizado por empresa tecnicamente habilitada, devidamente licenciada e com capacidade operacional compatível.

**12.3.5.** Dessa forma, a contratação mostra-se indispensável para garantir a continuidade, a regularidade, a eficiência e a legalidade das atividades finalísticas da Administração Pública Municipal, alinhando-se aos princípios da eficiência, da continuidade do serviço público, da prevenção de riscos e da supremacia do interesse público, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

### 13. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

**PREVISÃO: art. 18, § 1º, VIII da Lei n. 14.133/21**

**13.1.1.** Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, o Estudo Técnico Preliminar deverá avaliar a possibilidade de parcelamento do objeto, com vistas à ampliação da competitividade, à obtenção de economia de escala, à redução de riscos e à melhor gestão contratual, devendo ser devidamente justificada a opção adotada.

**13.1.2.** No presente caso, o objeto consiste na prestação de serviços contínuos e integrados de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, configurando uma cadeia operacional indivisível, interdependente e tecnicamente integrada, na qual cada etapa depende diretamente da execução adequada da etapa anterior.

**13.1.3.** O eventual parcelamento do objeto por etapas operacionais distintas (coleta, transporte, tratamento e destinação final) ou por unidades atendidas poderia gerar fragmentação da responsabilidade técnica e ambiental, aumento da complexidade da gestão contratual, ampliação dos riscos de falhas operacionais, dificuldades de rastreabilidade, sobreposição de responsabilidades, elevação de custos administrativos e maior exposição do Município a passivos ambientais e sanitários.

**13.1.4.** Além disso, o parcelamento comprometeria a rastreabilidade integral dos resíduos, dificultaria o controle documental (MTR, certificados de destinação), ampliaria a necessidade de interfaces entre múltiplos prestadores e poderia gerar conflitos de responsabilidade em caso de incidentes, autuações ou irregularidades.

**13.1.5.** Do ponto de vista econômico, a contratação integrada favorece a obtenção de **economia de escala**, racionalização logística, melhor aproveitamento da capacidade operacional da contratada, redução de custos unitários, padronização de procedimentos e maior previsibilidade orçamentária, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade.

**13.1.6.** Sob o aspecto operacional e de governança, a contratação em lote único simplifica a fiscalização, o controle da execução, a gestão de riscos e a responsabilização contratual, assegurando maior segurança jurídica para a Administração.

**13.1.7.** Ressalta-se, ainda, que o mercado dispõe de empresas especializadas capazes de executar integralmente todas as etapas do serviço, não havendo prejuízo à competitividade decorrente da contratação unificada.

**13.1.8.** Diante dessas razões técnicas, operacionais, ambientais, econômicas e de governança, conclui-se que **não é recomendável o parcelamento do objeto**, devendo a contratação ocorrer de forma integrada, em lote único, preservando a eficiência, a segurança operacional, a rastreabilidade, a continuidade do serviço público e o interesse público.

**13.2.** Vamos reunir os itens em grupos? Por que? Será melhor gerir dessa forma?

**13.2.1.** Após a análise técnica do objeto e das alternativas de organização da contratação, conclui-se que **não é recomendável reunir o objeto em grupos ou lotes distintos**, devendo a contratação ocorrer de forma **integrada, em lote único**, por se tratar de serviço contínuo, indivisível e operacionalmente interdependente.

**13.2.2.** O objeto da contratação compreende a **coleta, o transporte, o tratamento e a destinação final de resíduos de serviços de saúde**, atividades que compõem uma cadeia operacional única, na qual cada etapa depende diretamente da execução adequada da etapa

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

anterior. A fragmentação dessas etapas em contratos distintos ou em múltiplos lotes comprometeria a rastreabilidade dos resíduos, dificultaria a responsabilização técnica e ambiental, ampliaria a complexidade da fiscalização e aumentaria o risco de falhas operacionais, atrasos, conflitos de responsabilidade e passivos ambientais.

**13.2.3.** Do ponto de vista da gestão contratual, a contratação unificada permite maior controle, simplificação da fiscalização, padronização de procedimentos, centralização da responsabilização, melhor gestão de riscos e maior segurança jurídica para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, do planejamento e da governança previstos na Lei nº 14.133/2021.

**13.2.4.** Sob o aspecto econômico, a consolidação do objeto em um único contrato favorece a obtenção de **economia de escala**, racionalização logística, otimização de rotas, diluição de custos fixos e redução do custo unitário do serviço, resultando em melhor relação custobenefício para a Administração Pública.

**13.2.5.** Além disso, o mercado dispõe de empresas especializadas com capacidade técnica, operacional e legal para executar integralmente todas as etapas do serviço, não havendo prejuízo à competitividade decorrente da contratação em lote único.

**13.2.6.** Dessa forma, a contratação integrada apresenta-se como a solução mais eficiente, segura e economicamente vantajosa, sendo desaconselhável o fracionamento do objeto em grupos ou lotes, por não trazer ganhos de gestão e por ampliar riscos operacionais, ambientais e administrativos.

**13.3.** É tecnicamente viável dividir a solução?

Sim — **é tecnicamente possível**, mas **não é tecnicamente recomendável** para este objeto.

**13.3.1.** A solução (coleta, transporte, tratamento e destinação final de RSS) até pode ser dividida, por exemplo: (i) coleta/transporte; (ii) tratamento/destinação; ou por regiões/unidades. Porém, por se tratar de uma cadeia operacional interdependente, a divisão tende a aumentar riscos e custos de gestão, sem ganhos relevantes.

**13.3.2.** É por isso que, no ETP, a conclusão mais segura costuma ser **não dividir** (contratação integrada em lote único), pelos seguintes fundamentos técnicos:

- I. **Interdependência operacional:** a coleta só é adequada se vinculada a um fluxo de tratamento/destinação previamente licenciado e rastreável; separar etapas cria “pontos de quebra” no processo.
- II. **Rastreabilidade e conformidade:** dividir aumenta a dificuldade de manter cadeia documental contínua (MTR, certificados de tratamento/destinação) e de atribuir responsabilidade por não conformidades.
- III. **Responsabilidade ambiental e sanitária:** com mais de um prestador, cresce o risco de “jogo de empurra” em ocorrências (vazamento, atraso, tratamento inadequado, autuações).
- IV. **Gestão e fiscalização:** múltiplos contratos elevam esforço de fiscalização, medições, interfaces, penalidades e gestão de riscos.
- V. **Economicidade:** a contratação integrada normalmente gera **economia de escala** (rotas, frota, equipe, infraestrutura e custos fixos), reduzindo custo unitário e ineficiências.
- VI. **Continuidade:** serviço essencial; a divisão aumenta chance de descontinuidade por falha de um dos elos.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**13.3.3. Conclusão:** embora haja viabilidade técnica de fracionamento, a solução é tecnicamente mais adequada e vantajosa quando contratada de forma integrada (**lote único**), preservando rastreabilidade, governança, segurança sanitária/ambiental e eficiência do gasto, em linha com o art. 18, §1º, VIII, da Lei nº 14.133/2021.

**13.4.** E economicamente é viável dividir a solução? (*Ganha-se desconto ou aumenta o preço?*)

**13.4.1.** Sob a ótica econômica, a divisão da solução em contratos ou lotes distintos **não** se mostra vantajosa para a Administração Pública, uma vez que a fragmentação do objeto tende a elevar o custo global da contratação, em vez de gerar economia.

**13.4.2.** A prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde possui forte dependência de economia de escala, especialmente no que se refere à mobilização de frota, mão de obra especializada, infraestrutura licenciada, sistemas de controle ambiental, emissão de documentação, logística de rotas e custos administrativos.

**13.4.3.** Quando o objeto é contratado de forma integrada, esses custos fixos são diluídos em maior volume operacional, permitindo melhor composição de preços unitários, maior competitividade entre empresas estruturadas e redução de sobreposições logísticas. A contratação unificada favorece, portanto, a obtenção de preços mais vantajosos.

**13.4.4.** Por outro lado, o fracionamento da contratação implicaria:

- I. Duplicação de custos administrativos, operacionais e contratuais;
- II. Necessidade de múltiplas mobilizações de frota e equipes;
- III. Perda de eficiência logística e aumento de deslocamentos;
- IV. Maior complexidade de fiscalização e gestão;
- V. Redução do poder de negociação da Administração;
- VI. Possibilidade de incompatibilidade operacional entre prestadores; VII. Risco de reajustes indiretos e sobrepreço por menor escala.

**13.4.5.** Além disso, o mercado especializado nesse tipo de serviço opera majoritariamente com modelos integrados de prestação, estruturando seus preços com base em volume, rotas consolidadas e capacidade instalada. A fragmentação tende a reduzir a atratividade econômica do certame para empresas mais competitivas, podendo restringir a concorrência e elevar os preços ofertados.

**13.4.6.** Dessa forma, sob o prisma econômico, **não** se verifica ganho de desconto com a divisão da solução, sendo mais provável o AUMENTO DO CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO, com prejuízo à economicidade e à eficiência do gasto público.

**13.4.7.** Conclui-se que a contratação integrada, em lote único, representa a alternativa mais vantajosa para a Administração, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa, previstos na Lei nº 14.133/2021.

**13.5.** Há perda de escala ao dividir a solução?

**13.5.1.** A divisão da solução em contratos ou lotes distintos implica **perda relevante de economia de escala**, uma vez que a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde depende de estrutura operacional integrada, com custos fixos elevados e forte dependência de volume para diluição de despesas.



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**13.5.2.** A contratação unificada permite a otimização de rotas, o melhor aproveitamento da frota, a diluição de custos administrativos, a racionalização da mão de obra especializada, o compartilhamento de infraestrutura licenciada e a maximização da capacidade instalada das unidades de tratamento, resultando em redução do custo unitário por quilograma coletado e tratado.

**13.5.3.** Quando a solução é fragmentada, esses ganhos são reduzidos ou eliminados, pois cada contrato passa a demandar mobilização própria de recursos, sistemas de controle, equipe técnica, documentação ambiental, logística independente e gestão contratual individualizada, ocasionando duplicação de custos e perda de eficiência operacional.

**13.5.4.** Além disso, a fragmentação compromete a previsibilidade da demanda para cada prestador, reduzindo o poder de negociação da Administração e diminuindo a atratividade econômica do certame para empresas mais estruturadas, o que pode resultar em menor competitividade e preços mais elevados.

**13.5.5.** Dessa forma, conclui-se que a divisão da solução acarreta perda de escala, aumento do custo global da contratação e maior complexidade operacional, não sendo recomendável sob os aspectos econômico, administrativo e de governança, em consonância com os princípios da eficiência e da economicidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

**13.6.** Há melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

**13.6.1.** A análise do mercado fornecedor indica que **não** há ganho significativo de competitividade ou melhor aproveitamento do mercado com a divisão da solução, considerando a natureza integrada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde.

**13.6.2.** O mercado especializado que atua nesse segmento é composto, em sua maioria, por empresas que operam de forma verticalizada, possuindo estrutura própria de frota licenciada, unidades de tratamento autorizadas, sistemas de rastreabilidade, equipe técnica especializada e licenças ambientais integradas para execução completa do serviço. Essas empresas estruturam seus modelos de negócio e formação de preços considerando a prestação integrada das etapas do serviço.

**13.6.3.** O fracionamento do objeto poderia, em tese, permitir a participação de empresas que atuam apenas em uma etapa específica (por exemplo, apenas transporte ou apenas tratamento). Entretanto, tal fragmentação não representa, na prática, ampliação efetiva da competitividade qualificada, pois aumenta significativamente a complexidade da operação, a necessidade de integração entre prestadores, o risco de conflitos operacionais e a dificuldade de responsabilização ambiental e sanitária.

**13.6.4.** Além disso, a divisão pode afastar empresas mais estruturadas, que priorizam contratos integrados, reduzindo a atratividade econômica do certame e potencialmente restringindo a concorrência, em vez de ampliá-la.

**13.6.5.** Sob a ótica da Administração, a ampliação artificial da competitividade por meio da fragmentação não se traduz necessariamente em proposta mais vantajosa, podendo resultar em aumento de custos indiretos, perda de eficiência, maior risco de descontinuidade e elevação da complexidade de gestão.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**13.6.6.** Dessa forma, conclui-se que a contratação integrada em lote único representa melhor aproveitamento do mercado fornecedor, maior estabilidade operacional e maior segurança jurídica, não sendo recomendável o parcelamento como instrumento de ampliação da competitividade para este objeto específico, em consonância com os princípios da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

**13.7.** No caso de bens, a Administração tem onde guardar? Caso Positivo, onde e como será armazenado? (Dispensável para serviços)

**13.8.** O fornecimento será parcelado?

**13.8.1.** Considerando que o objeto da contratação consiste na **prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde**, não se trata de fornecimento de bens passível de parcelamento físico ou por lotes.

**13.8.2.** A execução do objeto ocorrerá de forma **contínua e por demanda**, conforme cronograma de coletas previamente definido por unidade e conforme as necessidades operacionais da Administração, garantindo a regularidade, a segurança sanitária e a continuidade do serviço público essencial.

**13.8.3.** Ressalta-se que **não haverá parcelamento do objeto contratual**, o qual será contratado de forma integrada, em lote único, conforme justificativas técnicas, econômicas e operacionais apresentadas nos itens anteriores deste Estudo Técnico Preliminar, em atendimento ao art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021.

**13.8.4.** Eventuais medições e faturamentos ocorrerão de forma periódica, para fins de controle, fiscalização e pagamento, não caracterizando parcelamento do objeto, mas apenas procedimento administrativo de acompanhamento da execução contratual.

**13.9.** Ante as respostas efetuadas, conclui-se que se:

( ) Aplica -se o parcelamento a presente contratação, tendo em vista o objeto ser divisível e não haver prejuízo para o conjunto a ser licitado, nos termos do art. 47, inciso II, da Lei 14.133/2021.

[OU]

( X ) A realização de licitação por itens ou lotes encontra previsão no art. 40, § 2º da Lei nº 14.133/2021, desde que (i) o objeto seja divisível econômica e tecnicamente; (ii) não reste comprometida a integridade do objeto da contratação e (iii) a divisão não culmine na elevação desproporcional dos preços, tudo de forma a garantir ampla e maior competitividade entre os licitantes interessados na licitação. No caso em comento, a melhor solução encontrada foi:

( ) aglutinação em lotes; ou

( ) divisão em itens; ou

( x ) aquisição por preço global;

**13.9.1.** Justifique: O objeto da contratação compreende a prestação integrada dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, configurando cadeia operacional indivisível, em que cada etapa depende diretamente da execução adequada da etapa anterior.

**13.9.2.** A divisão do objeto em itens, lotes ou por múltiplos fornecedores geraria fragmentação da responsabilidade técnica e ambiental, aumento da complexidade da gestão contratual, dificuldades de rastreabilidade, maior risco de falhas operacionais, conflitos de responsabilização e elevação dos custos administrativos e operacionais.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**13.9.3.** Sob o aspecto econômico, a contratação integrada possibilita **economia de escala**, racionalização logística, otimização de rotas, diluição de custos fixos e melhor formação de preços, assegurando maior vantajosidade para a Administração Pública.

**13.9.4.** Além disso, o mercado dispõe de empresas especializadas com capacidade técnica e operacional para executar integralmente o objeto, não havendo prejuízo à competitividade pela adoção de contratação em lote único.

**13.9.5.** Dessa forma, conclui-se que a aquisição por preço global (**lote único**) é a alternativa que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, segurança jurídica, continuidade do serviço público e interesse público, em consonância com o art. 18, §1º, inciso VIII, e art. 40, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

**13.10.** Diante da necessidade e da vantagem para a Administração Pública no parcelamento da contratação entende-se que o método mais eficiente para o parcelamento é a:

**Para a contratação em comento não será aplicado o parcelamento.**

### **14. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS**

**14.1.** Em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, o presente Estudo Técnico Preliminar demonstra os resultados pretendidos com a contratação, especialmente quanto à economicidade, à eficiência administrativa, à otimização dos recursos públicos e ao adequado aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

**14.2.** A contratação de empresa especializada para a prestação dos serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde visa assegurar a execução regular, segura e ambientalmente adequada do gerenciamento externo dos resíduos gerados nas unidades municipais de saúde, promovendo maior eficiência operacional e mitigação de riscos sanitários, ambientais e jurídicos.

**14.3.** Do ponto de vista da economicidade, a consolidação da demanda em contrato único possibilita economia de escala, diluição de custos fixos, otimização logística, padronização de procedimentos e maior competitividade no certame, resultando em melhor relação custobenefício e maior previsibilidade orçamentária. A contratação integrada reduz retrabalhos, sobreposições operacionais e desperdícios, contribuindo para o uso racional dos recursos públicos.

**14.4.** Quanto ao aproveitamento dos recursos humanos, a solução permite que os servidores municipais concentrem seus esforços nas atividades finalísticas da área da saúde, evitando a alocação de pessoal próprio para atividades especializadas de alto risco sanitário e ambiental, que demandariam capacitação específica, equipamentos, licenças e estrutura operacional própria. A terceirização especializada reduz exposição a riscos ocupacionais e otimiza a gestão de pessoas.

**14.5.** No que se refere aos recursos materiais, a contratação elimina a necessidade de investimentos próprios em frota especializada, equipamentos de condicionamento, unidades de tratamento, sistemas de controle ambiental e infraestrutura licenciada, reduzindo custos de capital, manutenção, depreciação e gestão patrimonial.

**14.6.** Sob a ótica dos recursos financeiros, a contratação permite planejamento orçamentário mais eficiente, controle dos custos operacionais, previsibilidade de desembolsos, mitigação

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



**14.7.** Adicionalmente, a solução contribui para a melhoria da governança, da rastreabilidade, do controle e da fiscalização da execução contratual, fortalecendo a transparência, a conformidade legal e a segurança jurídica da Administração.

**15. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO.**

**15.1.** Elaboração do Termo de Referência, contendo a descrição detalhada dos itens, exigências de desempenho, critérios de aceitação e condições de fornecimento, conforme previsto no art. 6º, inciso XXIII da Lei nº 14.133/2021;

**15.2.** Conclusão da Pesquisa de Preços, devidamente documentada com as fontes consultadas, memórias de cálculo e justificativa do valor estimado, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021;

**15.3.** Disponibilização orçamentária, com a devida reserva de dotação orçamentária específica, conforme determina o art. 7º, § 2º da Lei nº 4.320/64, como pré-condição para a contratação;

**15.4.** Definição da modalidade e critérios de julgamento, com a previsão de realização de Pregão Eletrônico para aquisição, utilizando o critério de menor preço por item, conforme art. 28, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

**15.5.** Análise jurídica prévia, com emissão de parecer da assessoria jurídica municipal sobre a legalidade dos atos preparatórios e da minuta contratual;

**15.6.** Publicação do edital, com observância dos prazos legais e disponibilização dos documentos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site institucional do município, garantindo a ampla publicidade;

**15.7.** Designação do fiscal de contrato, com indicação formal de servidor capacitado para o acompanhamento e fiscalização da execução contratual, conforme art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

**16.1.** Em atendimento às diretrizes de planejamento previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente aos princípios da eficiência, do planejamento, da gestão de riscos e da governança, a presente contratação deve ser analisada de forma integrada às demais contratações e serviços públicos que impactam direta ou indiretamente a geração, o acondicionamento, o controle e a destinação dos resíduos de serviços de saúde no âmbito do Município.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguazu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**16.2.** A contratação para a prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde possui interdependência operacional e funcional com as seguintes contratações e atividades correlatas:

- I – **Serviços de limpeza, higienização e gerenciamento interno de resíduos** nas unidades de saúde, responsáveis pela segregação, acondicionamento, identificação e armazenamento temporário dos resíduos conforme o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS;
- II – **Contratações de fornecimento de insumos hospitalares, odontológicos, laboratoriais e materiais assistenciais**, que impactam diretamente o volume e o perfil dos resíduos gerados;
- III – **Serviços de manutenção predial e adequação das unidades de saúde**, especialmente relacionados às áreas de armazenamento temporário, abrigo de resíduos, sinalização, ventilação e controle sanitário;
- IV – **Serviços de coleta de resíduos comuns e recicláveis do Município**, que atuam de forma complementar ao gerenciamento dos resíduos de saúde não perigosos;
- V – **Contratações relacionadas à logística e transporte**, quando aplicável, que interferem na organização das rotas e no acesso às unidades;
- VI – **Contratações de capacitação e treinamentos dos servidores**, voltadas à correta segregação, acondicionamento e manuseio dos resíduos.

**16.3.** A adequada articulação entre essas contratações contribui para a eficiência operacional, redução de riscos sanitários e ambientais, padronização de procedimentos, racionalização de recursos e melhoria da governança contratual.

**16.4.** Ressalta-se que eventual descontinuidade ou inadequação de qualquer dessas contratações correlatas pode impactar diretamente a eficiência da execução do objeto principal, reforçando a necessidade de planejamento integrado, acompanhamento sistemático e alinhamento entre as áreas envolvidas.

**16.5.** Dessa forma, a presente contratação deverá ser monitorada de forma coordenada com os demais contratos e serviços correlatos, assegurando continuidade, conformidade legal, eficiência administrativa e atendimento ao interesse público.

### **17. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL.**

**17.1.** Em consonância com os princípios da sustentabilidade, da prevenção e da responsabilidade ambiental previstos na Lei nº 14.133/2021, bem como com a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, a RDC ANVISA nº 222/2018 e a Resolução CONAMA nº 358/2005, foram identificados os principais impactos ambientais associados à prestação dos serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, bem como as respectivas medidas mitigadoras.

**17.2.** Os principais impactos ambientais potenciais relacionam-se ao risco de contaminação do solo, da água e do ar decorrente de manuseio inadequado, vazamentos, acidentes no transporte, armazenamento incorreto, falhas no tratamento dos resíduos, geração de emissões atmosféricas, consumo de combustível, geração de rejeitos e uso de embalagens.

**17.3.** Como medidas mitigadoras, a contratação exigirá que a empresa contratada possua licenciamento ambiental e sanitário vigente, utilize veículos e equipamentos adequados e

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

devidamente certificados, adote rotinas de manutenção preventiva, mantenha plano de contingência para emergências ambientais, assegure rastreabilidade completa dos resíduos por meio do Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, apresente certificados de tratamento e destinação final, cumpra rigorosamente o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde – PGRSS do Município e observe as normas técnicas aplicáveis.

**17.4.** Será exigida, ainda, a capacitação contínua dos profissionais envolvidos, o uso adequado de equipamentos de proteção individual – EPI, a segregação correta dos resíduos na origem, o acondicionamento seguro, a identificação adequada dos recipientes e o controle de acesso às áreas de armazenamento temporário.

**17.5.** No que se refere à logística reversa, aplica-se especialmente às embalagens, recipientes e materiais passíveis de reciclagem oriundos das etapas de acondicionamento, transporte e tratamento, devendo ser encaminhados para sistemas de reciclagem licenciados, quando tecnicamente viável, observadas as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Os rejeitos decorrentes do tratamento deverão receber destinação final ambientalmente adequada, em instalações licenciadas.

**17.6.** Sempre que possível, deverão ser priorizadas práticas que reduzam a geração de resíduos, otimizem o consumo de recursos naturais, minimizem emissões e promovam a reutilização e reciclagem de materiais não contaminados, sem prejuízo da segurança sanitária.

**17.7.** A fiscalização contratual deverá acompanhar o cumprimento das medidas ambientais, verificando a regularidade das licenças, a documentação ambiental, a rastreabilidade dos resíduos e o atendimento às obrigações contratuais, aplicando as sanções cabíveis em caso de descumprimento.

**17.8.** Dessa forma, a adoção das medidas mitigadoras e das práticas de logística reversa contribui para a redução dos impactos ambientais, para a conformidade legal, para a proteção da saúde pública e para a promoção da sustentabilidade na gestão pública municipal.

### **18. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

**18.1.** Após a análise técnica, econômica, operacional, ambiental e jurídica realizada ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, em atendimento ao disposto no art. 18 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde, gerados nas unidades vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde e ao Hospital e Maternidade São Miguel Arcanjo do Município de São Miguel do Iguaçu, mostra-se adequada, necessária, viável e plenamente alinhada ao interesse público.

**18.2.** A solução escolhida atende integralmente à necessidade identificada, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais de saúde, a proteção da saúde coletiva, a preservação ambiental, a conformidade com as normas sanitárias e ambientais vigentes, bem como a mitigação de riscos operacionais, ambientais, administrativos e jurídicos.

**18.3.** O dimensionamento da contratação encontra-se devidamente fundamentado em dados históricos, relatórios de recolha da última contratação, memória de cálculo, documentos de suporte e análise de interdependências, assegurando coerência entre necessidade, quantitativos, estimativa de custos e capacidade operacional do mercado.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)





# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**18.4.** A análise de mercado demonstrou que a contratação integrada, em lote único, é tecnicamente adequada, economicamente mais vantajosa e operacionalmente mais eficiente, permitindo economia de escala, racionalização logística, melhor governança contratual e maior segurança jurídica, sem prejuízo à competitividade.

**18.5.** A estimativa de custos foi elaborada em conformidade com o art. 23 da Lei nº 14.133/2021, com pesquisa de preços idônea, assegurando compatibilidade com os valores praticados no mercado e previsibilidade orçamentária.

**18.6.** Foram avaliados os impactos ambientais e definidas medidas mitigadoras e práticas de sustentabilidade, alinhadas à Política Nacional de Resíduos Sólidos, às normas da ANVISA e do CONAMA, bem como às diretrizes do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, reforçando o compromisso da Administração com a gestão ambientalmente responsável.

**18.7.** A contratação apresenta aderência ao Plano de Contratações Anual, com as devidas providências para atualização, compatibilidade orçamentária e priorização do objeto, em consonância com o planejamento institucional.

**18.8.** Diante do exposto, conclui-se que a contratação é tecnicamente viável, economicamente vantajosa, ambientalmente adequada, juridicamente segura e administrativamente eficiente, estando apta a prosseguir para a fase de elaboração do Termo de Referência e posterior procedimento licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

### **19. ANÁLISE DE RISCOS DA CONTRATAÇÃO**

**19.1.** Em atendimento ao disposto no art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, a presente Análise de Riscos tem por finalidade identificar, avaliar e estabelecer medidas preventivas e mitigadoras para os principais riscos associados à contratação de empresa especializada para a prestação de serviços contínuos de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde no Município de São Miguel do Iguaçu.

**19.2.** A adequada gestão dos riscos contribui para a continuidade do serviço público, a proteção da saúde coletiva, a preservação ambiental, a segurança jurídica da Administração e a eficiência da execução contratual.

**19.3.** Entre os principais riscos identificados, destacam-se:

**19.3.1.** Risco operacional de interrupção ou atraso na coleta, que pode resultar em acúmulo de resíduos, risco sanitário, contaminações e interdição de unidades. Como medida mitigadora, deverão ser estabelecidos cronograma mínimo de coletas, exigência de frota reserva, previsão contratual de atendimento emergencial, cláusulas de penalidades e fiscalização contínua da execução.

**19.3.2.** Risco de falhas no tratamento ou na destinação final, podendo gerar danos ambientais, autuações, responsabilização do Município e prejuízos à saúde pública. A mitigação ocorrerá mediante exigência de licenças ambientais e sanitárias válidas, comprovação documental da destinação final, emissão de Manifesto de Transporte de Resíduos – MTR, auditoria documental periódica e possibilidade de rescisão contratual em caso de irregularidades graves.

**19.3.3.** Risco de acidentes no transporte, como vazamentos, derramamentos ou sinistros, com potencial impacto ambiental e sanitário. Como mitigação, serão exigidos veículos adequados, manutenção preventiva, treinamento de motoristas e operadores, plano de contingência, seguros obrigatórios e comunicação imediata de ocorrências.

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000

Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50

Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

**19.3.4.** Risco de descumprimento contratual por parte da contratada, incluindo inadimplência, baixa qualidade do serviço ou não atendimento às exigências legais. A mitigação inclui habilitação rigorosa, cláusulas claras de penalidades, fiscalização permanente, registro formal de ocorrências e mecanismos de rescisão contratual.

**19.3.5.** Risco de aumento imprevisto da demanda, decorrente de surtos epidemiológicos, ampliação de serviços ou situações emergenciais, podendo gerar insuficiência contratual. Como medida preventiva, foi prevista margem técnica de segurança na estimativa de quantitativos e possibilidade de ajustes contratuais conforme a legislação.

**19.3.6.** Risco de elevação de custos ou desequilíbrio econômico-financeiro, mitigado por pesquisa de preços adequada, previsão de reajuste contratual conforme índices oficiais e acompanhamento permanente da execução financeira.

**19.3.7.** Risco ambiental e de responsabilização administrativa, decorrente de eventual descumprimento de normas ambientais e sanitárias. A mitigação envolve exigência de conformidade legal, fiscalização documental, manutenção de registros, auditorias e comunicação aos órgãos competentes quando necessário.

**19.3.8.** Risco de falhas na fiscalização contratual, mitigado pela designação formal de gestor e fiscais, capacitação dos servidores, utilização de checklists de controle e registros sistemáticos da execução.

**19.3.9.** Risco de baixa competitividade no certame, mitigado por definição adequada do objeto, ampla divulgação, especificações técnicas não restritivas e alinhamento com práticas de mercado.

**19.4.** A Administração deverá manter acompanhamento contínuo dos riscos durante toda a vigência contratual, promovendo revisões periódicas das medidas mitigadoras, atualização dos controles e registro das ocorrências, em consonância com as boas práticas de governança e gestão de riscos.

**19.5.** Dessa forma, conclui-se que os riscos identificados são administráveis e podem ser adequadamente mitigados mediante planejamento, fiscalização efetiva e gestão contratual estruturada, não comprometendo a viabilidade da contratação.

## **20. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**20.1.** Diante de toda a análise desenvolvida no presente Estudo Técnico Preliminar, a contratação mostra-se: Viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de execução dos serviços e competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação.

## **21. RESPONSABILIDADE PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO**

**21.1.** Assumo que o(s) servidor(es) designado(s) como membro(s) da equipe de planejamento da contratação ficarão à disposição para dirimir eventuais dúvidas sobre este Estudo Técnico Preliminar – ETP, bem como para acompanhar todo o procedimento de contratação, fornecendo todas as informações técnicas necessárias junto ao agente de contratação, pregoeiro e sua equipe de apoio.



# ESTADODOPARANÁ

## MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU

São Miguel do Iguaçu, Paraná, datado e assinado digitalmente.

Ana Laura Martens da Silva

Diretora do Departamento de Atenção Básica

PORTARIA N° 010/2025, de 2 de janeiro de 2025

Apoio Administrativo: Ademilson Fenali dos Santos – Of. Adm.

### **22. APROVAÇÃO E DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE**

**22.1.** Por meio deste, aprovo este Estudo Técnico Preliminar – ETP, seu conteúdo e anexos, atestando sua conformidade às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 115, de 2023.

São Miguel do Iguaçu, Paraná, datado e assinado digitalmente.

FERNANDA MOREIRA PRESTES

Secretária de Saúde

DECRETO N° 1.083/2025

Rua Vânio Ghellere, nº 64, Centro, São Miguel do Iguaçu/Paraná – CEP 85.877-000  
Fone: (45) 3565-8100; Fone Dep. de Licitações: (45) 3565-8139 – CNPJ 76.206.499/0001-50  
Site: [www.saomiguel.pr.gov.br](http://www.saomiguel.pr.gov.br) – e-mail: [governo@saomiguel.pr.gov.br](mailto:governo@saomiguel.pr.gov.br)

Consulte autenticidade do arquivo através do QR Code, ou copie e cole o link no navegador:  
<https://saomigueldoiguacu.oxy.elotech.com.br/protocolo/consulta-autenticidade?identificador=16c2b880-8848-4654-9592-3ad6f0fa782b>



Assinado por: FERNANDA MOREIRA PRESTES 10/02/2026 09:54:49

Documento assinado no formato Eletrônico, conforme DECRETO

Nº 460/2024

---

**Assinado por:**

MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DO IGUACU

Ana Laura Martens da Silva

10/02/2026 13:54:35



